

Collor avaliza proposta da dívida que admite pagar juros em atraso

BRASÍLIA — O Brasil vai levar uma contraproposta de renegociação da dívida externa aos credores privados, flexibilizando alguns pontos da proposta original, como o prazo de resgate dos bônus e a hipótese de efetuar pagamento parcial dos juros atrasados. A proposta recebeu ontem o aval político do Presidente Collor, após reunião de duas horas com a Ministra Zélia Cardoso de Mello e seus principais assessores.

A proposta será apresentada ao Comitê Assessor dos Bancos, em Nova York, na segunda-feira, pelo Embaixador para Assuntos da Dívida, Jório Dauster. Entre as mudanças está a redução dos prazos de resgate e condições financeiras (juros e capitalização) dos bônus oferecidos em troca do estoque da dívida. O pagamento de uma parcela dos juros em atraso (cerca de US\$ 9 bilhões) é admitido, desde que incluído num acordo global de reescalonamento da dívida e deduzido da capacidade de pagamento do País, baseada no superávit das contas públicas.

— Não há alterações substanciais na contraproposta brasileira — disse a Ministra da Economia.

Segundo Zélia, o Governo mantém sua intenção de fechar um acordo global, que inclua juros e o principal da dívida. O mais importante da contraproposta, segundo a Ministra, é a evidente disposição brasileira de continuar negociando com os credores privados.

— A contraproposta brasileira não é imexível — disse o Embaixador Jório Dauster, segundo quem não foi fixado limite para o pagamento dos juros atrasados e nem há garantia de seu pagamento, que dependerá ainda de entendimentos.

O Governo vai dizer aos bancos que não aceita fazer um pré-pagamento dos juros em atraso, nem excluir esse compromisso da capacidade de pagamento global, como querem os credores. Ainda que o País aceite pagar juros este ano, o total não chegará aos US\$ 2,5 bilhões pleiteados pelo Comitê. A restrição ao pagamento dos juros imposta por projeto que tramita no Senado não impedirá uma decisão nesse sentido, segundo o Secretário de Política Econômica, Antonio Kandir. O Governo entende que tem autonomia para negociar porque a resolução não está em vigor.



O Presidente Collor ouve da Ministra Zélia e de seus principais assessores as alterações contidas na nova proposta

Divulgação